

O turismo como agente (re)organizador do uso do espaço rural: o caso de Carrancas – Minas Gerais

Mônica de Castro Domingos¹

Resumo: O espaço rural é um grande motivador de deslocamentos turísticos. As pessoas que buscam fugir da rotina estafante dos grandes centros urbanos podem experimentar hábitos e costumes diferentes e vivenciar uma nova paisagem. Por esse motivo, o turismo nessas áreas vem se destacando e tornando-se uma alternativa para proprietários e trabalhadores rurais. Ao diversificar a base econômica local, a partir da pluriatividade, ele incrementa o nível de qualidade de vida da população, com emprego e renda. Porém, para se formar um espaço turístico rural, é preciso o seu (re)ordenamento, “construindo” as paisagens turísticas, ou seja, transformando os elementos naturais e rurais em atrativos turísticos. Além disso, é necessária a organização de uma cadeia produtiva, agregando equipamentos e serviços turísticos e uma ampla infra-estrutura de apoio. A produção dos espaços turísticos rurais acarretou mudanças físicas, sociais, econômicas, culturais e políticas, negativas ou positivas, no município de Carrancas – MG, gerando renda e criando postos de trabalhos para sua população, mas, pela potencialidade turística do município, vem atingindo um pequeno número de pessoas.

Introdução

O meio rural sempre foi associado ao espaço agrário, com uma organização sócio-ambiental, econômica, política e técnica própria, diferenciada do espaço urbano. Entretanto, considerando o contexto histórico em que se insere, observa-se que o espaço rural vem sofrendo, nas últimas décadas, grandes transformações nas suas relações de mercado. A retração dos setores agropastoris tradicionais e a crescente oferta de emprego em atividades não-agrícolas têm “moldado” um espaço que nem sempre reserva todos os seus elementos originais. As mudanças nesse espaço lhe deram uma nova dinâmica, sobretudo, quando se observa o seu estreitamento com a indústria e com as cidades.

O turismo tem-se “apropriado” do espaço rural e desenvolvido uma série de modalidades que nem sempre estão relacionadas à atividade agropastoril. Nesse sentido, o desenvolvimento do

¹ Centro Universitário Newton Paiva. E-mail: monica.prof@newtonpaiva.br

turismo no espaço rural teria como função a atenuação das fortes assimetrias regionais e locais, passando a reocupá-lo com outras atividades econômicas. Isso promoveria uma diversificação das funções e, conseqüentemente, uma melhor rentabilidade aos trabalhadores e proprietários rurais.

O presente artigo se propõe a refletir sobre a relação entre espaço rural e turismo e o papel desse último, como agente (re)organizador das relações sociais, da economia e das paisagens locais de Carrancas, município localizado na região sul do Estado de Minas Gerais, considerando, sobretudo, os elementos, endógenos e exógenos, que o influenciaram o desenvolvimento do turismo nas áreas rurais.

A análise de Carrancas teve como base as abordagens teóricas, identificando as mudanças físico-espaciais, sociais e econômicas, os aspectos políticos que são inerentes à implementação do turismo. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas pesquisas junto aos órgãos públicos, científicos e técnicos e visitas aos atrativos e dos equipamentos turísticos já existentes no município. Além disso, sob a ótica de alguns agentes sociais envolvidos diretamente a ele, efetuou-se uma pesquisa para levantamento de dados primários, na qual foram utilizadas, como instrumento metodológico, entrevistas semi-estruturadas (roteiros em anexo).

O Turismo Como um Fator de Transformação do Espaço Rural

O turismo é um dos setores econômicos capazes de criar novas atividades e funções em áreas rurais. A diversificação da base econômica local pode ser composta por atividades geradoras de empregos e rendimentos complementares e alternativos. Isso daria ao trabalhador rural uma nova alternativa em face das atividades agrícolas. Essas novas atividades poderiam ser realizadas em tempo total ou parcial, de acordo com as necessidades existentes. Por outro lado, pode ser uma alternativa também para os pequenos e médios produtores, no quadro de microempresas familiares e trabalho independente, como o comércio e serviços (CAVACO, 2001).

Há várias vantagens que podem ser atribuídas às pequenas e médias empresas que se dedicam à oferta de produtos turísticos. Com a prática de pluriatividades, os produtores rurais podem oferecer aos turistas produtos específicos de sua produção agrária familiar ou até utilizar a extensão de suas propriedades para o lazer e o turismo.

A partir da diversidade de elementos existentes no espaço rural, pode-se constatar que esse espaço turístico não é uniforme. Ao contrário, ele é constituído de várias paisagens diferentes. Isso lhe confere grande valor, capaz de ser um vetor de desenvolvimento local. Ele diversifica a base econômica local com atividades proporcionadoras de empregos e rendimentos complementares e alternativos às produções agrícolas. Para isso, é preciso promover a interação e integração entre os seus diferentes atores: governos estaduais e locais, instituições privadas e comunidade local (SILVA & CAMPANHOLA, 2000).

A oferta turística original, consolidada na paisagem rural, portanto, se baseia na combinação entre os elementos humanos nela introduzidos e aqueles preexistentes, de origem natural. É fundamental, portanto, conservar a autenticidade da paisagem, sem, contudo, mantê-la estática. Consciente da sua dinâmica, o uso da paisagem rural, como elemento motivador do turismo, conservar ou descaracterizar a autenticidade da paisagem turística, com todos os seus valores e símbolos, depende, sobretudo, da forma de organização e estruturação do espaço onde as atividades serão realizadas.

Diversas formulações conceituais sobre turismo rural levam em consideração a sua relação com a prática agropecuária. Nessa medida, o conceito de agroturismo seria considerado sinônimo de turismo rural, porém, esses conceitos não são consensuais, podendo-se observar nuances nas suas definições. Ambos estariam ligados às atividades agropecuárias passadas e às atuais (ANJOS, 2001), os produtos dos locais de hospedagem do agroturismo e de propriedades vizinhas, que são comercializados, no varejo, para os agroturistas.

Zimmermann também associa turismo rural ao agroturismo. Segundo o autor, o turismo rural é desenvolvido em áreas rurais produtivas, com os alojamentos na sede da propriedade, que seriam adaptadas, ou em novas edificações mais apropriadas para recepção dos turistas. Nesse segmento o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas nesses

espaços, como lazer ou aprendizado, podendo, inclusive, levar para casa os produtos naturais de origem local.

Para esse mesmo autor (1998), destacam-se alguns princípios que regem o turismo rural. O atendimento familiar é o primeiro deles, resguardando toda a autenticidade da identidade rural, tanto nos hábitos e costumes, como nas construções. Além disso, deve-se preservar também a harmonia, a sustentabilidade ambiental, a qualidade do produto e o envolvimento da comunidade local.

Rodrigues (2000) considera, para fins de classificação, dois grandes grupos relacionados basicamente ao patrimônio cultural: o “turismo rural tradicional” e o “turismo rural contemporâneo”. O “turismo rural tradicional” se aproxima da idéia do agroturismo, porém a autora aprofunda-se na classificação desse conceito, afirmando que suas instalações estão ligadas à história do país. Para um melhor entendimento, ela analisa os elementos históricos que deram origem a essa modalidade turística.

O primeiro deles, de origem agrícola, diz respeito “às propriedades que historicamente se constituíram como unidades de produção agrária durante o ciclo do café” (RODRIGUES, op.cit.:110). Ela aponta o patrimônio arquitetônico, representado pelas sedes da fazenda, que agregado a outros equipamentos, como áreas de pesque-pague, algumas atividades como ordenha de vacas, colheita de frutas em pomares, tornam-se os atrativos principais dessa modalidade. Este tipo de equipamento é comumente rotulado de fazenda-hotel.

O segundo, de origem pecuarista, “são os equipamentos de hospedagem que se originaram da pecuária tradicional” (RODRIGUES, 2000:111). São as áreas onde a atividade de criação de gado funcionou como instrumento de apropriação do território, durante o início da colonização, como nas regiões interiores do Nordeste, do Centro-Oeste e do Brasil Meridional.

Por último, origina-se da história da imigração européia no Brasil. São “fazendas que apresentam instalações suntuosas, cujos proprietários residem ou não na propriedade e cuja atividade agrária é ainda importante, sendo o turismo atividade complementar”

(RODRIGUES, op.cit.:112). Esse é um tipo de turismo rural empresarial híbrido, muito encontrado na região vinícola da Serra Gaúcha. Ele se caracteriza pelo turismo rural colonial e pelo turismo rural artesanal de origem colonial.

No segundo grupo de classificação, Rodrigues se refere ao “turismo rural contemporâneo”. Ele é representado por equipamentos implantados, “a partir dos anos 70, quando o turismo começa a assumir maior significado como atividade econômica no Brasil” (RODRIGUES, op.cit.:113). A autora destaca, nessa modalidade, os hotéis-fazenda, as pousadas rurais, os “spas” rurais, a segunda residência campestre, os campings e acampamentos rurais, o turismo de caça e pesca, o turismo rural místico e o turismo rural científico-pedagógico (RODRIGUES, op.cit.:113).

As imprecisões conceituais desse tipo de turismo, muitas vezes, tomam formas contraditórias. Considera-se que muitos elementos que compõem o “turismo rural contemporâneo” de Rodrigues, não são definidos como turismo rural ou agroturismo propriamente dito, mas, sim, empreendimentos turísticos que ocorrem no espaço rural.

Nesse contexto, agroturismo e o turismo rural seriam tratados como aqueles que apresentam uma paisagem rural, definida pelos seus atributos físicos, as suas instalações características e os equipamentos turísticos existentes e distribuídos espacialmente. Dentre eles, pode-se destacar aqueles que estão relacionados à agricultura, à pecuária, aos povoados e aos vilarejos isolados, às estradas e aos caminhos de terra, às cercas e divisores, aos açudes, às rodas d’água (de moinhos, alambiques), aos estábulos, às fazenda-hotéis (hotéis instalados em propriedades agrícolas produtivas, com preocupação de preservar as características originais de construção). Seria levado em consideração, também, o aspecto cultural, o estilo de vida e os valores sociais construídos historicamente no meio rural, sejam eles influenciados ou não por outros espaços.

Entretanto, pela própria definição de rural, hoje, não se pode atribuir o turismo que acontece nesse espaço somente às estruturas agrárias. Todo o seu entorno e todas as possibilidades de acontecimentos devem ser consideradas. Devem-se contemplar, portanto, todas as modalidades que acontecem nesse espaço. O “turismo no espaço rural” é uma forma mais

abrangente de abordar esse tema, pois nele está agregada qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas rurais, envolvendo, além do agroturismo, outras atividades não relacionadas a propriedades agropecuárias produtivas, ou com a produção agropecuária (SILVA & CAMPANHOLA, 2000). Várias modalidades são incluídas, dentre elas, destacam-se o turismo ecológico, o turismo de aventura e o turismo esportivo.

Segundo Roque, “estas diferentes formas de se fazer turismo no espaço rural podem ser classificadas, com base nos valores inerentes a cada uma delas, como suas diferentes motivações, oportunidades, necessidades e disponibilidade de produtos a serem ofertados” (2001:17). Além disso, como em geral vem acontecendo, ela destaca que, em determinadas situações, essas modalidades interagem, complementando-se uma com as outras, formando vários produtos turísticos.

No Brasil, há estudos que apontam que a atividade turística em área rural se iniciou na década de 1980, em Lages, Santa Catarina (ZIMMERMANN & CASTRO, 1996). Visando sanar as dificuldades financeiras, os proprietários passaram a recepcionar turistas, proporcionando-lhes a oportunidade de maior vivência do cotidiano rural. O sucesso dessas iniciativas demonstrou o potencial econômico desse setor, influenciando novas regiões a se “aventurarem” nos empreendimentos turísticos.

O Espaço Turístico de Carrancas: do Ordenamento do Espaço ao Espaço Turístico Rural (Des)Ordenado

Carrancas é um tradicional município de Minas Gerais, ficando 275 km de Belo Horizonte. Em seu território, a pecuária leiteira e a agricultura abriram caminho para uma nova atividade econômica, o turismo, projetando uma transformação no seu espaço rural.

O espaço turístico de Carrancas é composto por um cenário diversificado, com paisagens fortemente marcadas pelas características geográficas, tais como os recursos hídricos, a topografia, a vegetação, o clima e a geomorfologia, representando elementos singulares da Região Sul do Estado de Minas Gerais. A cultura também se revela como um forte “ingrediente” para o turismo do meio rural. As fazendas, ordenamento espacial mais

tradicional da região, contribuíram para consolidar a forma pacata, retraída e singular da comunidade “carraquense”.

O sistema fluvial de Carrancas, grande fator de atratividade, integra-se à Bacia do Alto Rio Grande (área que engloba as regiões dos Campos das Vertentes e parte do Sul de Minas, constituindo uma das regiões de maior densidade demográfica do Estado e intensa ocupação do solo com agropecuária e indústrias). Também é banhado pelo lago da Represa de Camargos, que foi formada com o represamento da cabeceira do Rio Grande. Seus leitos, também, oferecem inúmeras quedas d’águas, corredeiras, poços e “piscinas” naturais.

Carrancas é cercada por pela Serra de Carrancas e seus contrafortes, composto pelas Serras “das Bicas, do Moleque e das Broas”, que funcionam como uma caixa d’água, abastecendo cerca de 52 cachoeiras e quedas d’águas catalogadas (Revista Panorama Rural, 2002:42).

Para a (re)organização do espaço rural de Carrancas, que envolve o desenvolvimento da oferta turística e das relações advindas de todas as transformações decorrentes desse processo, foi estimulada a construção de equipamentos e serviços turísticos e a implementação de infraestrutura de apoio nas propriedades rurais. Durante esse processo, três grupos de empreendedores turísticos rurais foram identificados. O primeiro deles são os antigos proprietários que adaptaram suas fazendas, utilizando as instalações originais e construindo somente alguns equipamentos e infra-estruturas de apoio, e oferecendo novos serviços, tais como o lazer e alimentação. Além disso, implementaram, também, a sinalização e buscaram a melhoria de acesso às propriedades. São em menor número.

O segundo grupo é representado por antigos proprietários de fazendas do município, que preferiram construir seus empreendimentos com características mais modernas, mas aproveitando os elementos rurais existentes nelas (passeios a cavalo, visitação aos locais de ordenha de leite e de produção agrícola).

O terceiro grupo identificado foram os novos proprietários, aparecem em maior número de empreendimentos. Oriundos de outros municípios mineiros ou de estados brasileiros, que

construíram empreendimentos turísticos com estilos mais modernos, sem ter, necessariamente, ligação com a cultura rural tradicional.

Observou-se que nem todos empreendimentos são meios de hospedagens. Tanto os novos e como os antigos moradores de Carrancas desenvolveram, também, em propriedades rurais tradicionais ou modernas, outros tipos de empresa turística, tais como bares, restaurantes e locais de entretenimento. Nas antigas fazendas, os espaços foram adaptados, e, nas novas propriedades, as instalações foram totalmente construídas.

É importante ressaltar que os novos empreendimentos foram construídos em áreas menores do que as fazendas mais tradicionais, redimensionando a escala territorial de ocupação do espaço rural, variando de 3 a 100 hectares, sendo esse último uma exceção. Além disso, a distribuição das novas instalações se estende por grande parte da área onde se localizam, se assemelhando, em alguns casos, às construções de áreas urbanizadas. Os primeiros investimentos se iniciaram em 1993 e o mais recente foi inaugurado em 2003. O “boom” do crescimento da oferta turística agregada de Carrancas foi em 1999, período que coincide com o início de vários desses novos empreendimentos.

As propriedades rurais mais tradicionais que investiram no turismo tornaram-se pluriativas, pois mantêm a prática da agropecuária. Em pelo menos três delas, o turismo tornou-se a atividade principal. Apesar de representarem um número pequeno de investidores da atividade turística, eles demonstram a potencialidade desse setor no município, tornando-se uma alternativa real para o proprietário rural.

Para o trabalhador rural o número de empregos gerados ainda é pequeno, principalmente, se comparado com a agropecuária, principal atividade econômica do município, que ocupa 1.241 pessoas (IBGE: Censo Agropecuário 1995-1996). Isso ocorre por dois motivos. O primeiro deles, é porque os empreendimentos são de base familiar, onde seus membros são responsáveis pela limpeza, pela alimentação, pelo atendimento aos hóspedes e demais serviços gerais. Em segundo lugar, a baixa qualificação da mão-de-obra rural faz com que os trabalhadores sejam contratados para atividades que exigem uma capacitação menor, como as de jardineiros, auxiliar de cozinha e limpeza ou de guias em passeios a cavalo. A maioria das

funções é ocupada por moradores da área urbana. Porém, pela diminuição do número de ocupações agrárias, o turismo rural deveria fortalecer mais esse espaço, garantindo emprego e renda aos trabalhadores, atendendo, inclusive, as diretrizes proposta pela Política Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, reiterada no PNT 2007-2010, que atribui a esse setor a responsabilidade de melhorar a qualidade de vida das comunidades, interiorizando a atividade turística e reduzindo as desigualdades regionais.

Em geral, seja em empreendimentos de antigos ou dos novos moradores, a remuneração do trabalhador de turismo é baixa, em torno de um a dois salários mínimos. Porém, como foi destacado, esse valor é superior ao ganho dos trabalhadores rurais que ocupam funções tradicionais no município. Além disso, os trabalhadores rurais, quando trabalham em atividades turísticas, desempenham uma função extra e podem obter um ganho maior.

Os empreendimentos dos novos proprietários, que vieram para Carrancas para investirem no turismo, também são familiares. Apesar de apresentarem mais conhecimento técnico sobre a gestão de empresas turísticas, também, empregam poucas pessoas. A maioria dos donos mora em suas propriedades e somente duas das empresas turísticas estudadas são gerenciadas por especialistas em turismo.

Na (re)organização do espaço rural do município, destaca-se, também, a transformação de seu patrimônio natural e histórico-cultural em atrativos turísticos. O uso dos pontos turísticos foi baseado num modelo de “complexos turísticos”, onde cada um deles é composto por um conjunto de atrativos turísticos naturais, tais como cachoeiras, poços, “piscinas” naturais, “escorregadores”, serras, montes e grutas. A organização dos recursos, mesmo não sendo original, demonstra uma característica apropriada na localização dos atrativos, pois permite um uso mais racional dos mesmos, na medida em que não satura um único ponto e possibilita um controle maior no uso de sua oferta turística. Porém, verifica-se que há uma concentração dos atrativos turísticos em duas áreas no município, que podem ser classificadas como dois grandes “super-omplexos”, um localizado ao norte e outro ao sul da sede do município.

Uma distribuição semelhante também foi identificada com relação aos equipamentos turísticos. A maioria se encontra próximos aos pontos turísticos existentes nas Serras

adjacentes à sede do município. No processo de ocupação e uso do espaço rural, houve uma concentração na Serra de Carrancas, no que refere à construção das instalações de empresas turísticas com características mais modernas. Vale ressaltar, que a maioria desses empreendimentos é de proprietários que vieram de outros municípios e adquiriram as terras de um só dono, que as vendeu para aplicar em investimentos turísticos.

Em Carrancas, foi possível se identificar algumas questões importantes a respeito a preservação do patrimônio natural e histórico-cultural. A primeira delas é a fragilidade legal. Mesmo considerando as leis federais e estaduais e a atuação do IBAMA e EMATER-MG, o município dispunha, em 2004, basicamente da Lei Orgânica, que não apontava nenhum direcionamento específico para organização do turismo no município.

Em termos de participação verificou-se a existência do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Esse último deveria ser o principal canal de discussão e definição sobre as diretrizes de desenvolvimento do turismo no município, com a participação de diferentes atores sociais, no período da desta pesquisa, este órgão colegiado se encontrava “esvaziado” e as reuniões não ocorriam periodicamente.

No aspecto institucional, a organização do turismo também, no período da pesquisa, se apresentava incipiente, pois não havia sido criada uma Secretaria de Turismo, com atribuições definidas e recursos próprios. Foi instituído uma “Chefia de Serviço em Turismo”, para o qual se escolheu um representante da administração municipal para tratar dos assuntos turísticos junto aos agentes, internos e externos, envolvidos com o turismo.

Observou-se que os conflitos, desencadeados com a implantação do turismo, se destacam no âmbito político, sobrepujando os demais. Diferentes interesses, que se concretizam uma entre alguns moradores e proprietários rurais tradicionais e um grupo de empreendedores turísticos, que na sua maioria são de outras localidades e foram investir em Carrancas. Esses dois grupos, que apresentavam contrastes de opiniões na condução do turismo, buscam se fortalecer para que as suas necessidades e expectativas sejam consideradas no processo de tomadas decisões políticas, sobretudo, no que diz respeito às diretrizes da política municipal de turismo. Se o primeiro grupo objetivava resguardar as características de uma economia

rural, com base na pecuária leiteira, o segundo ansiava por uma nova dinâmica no desenvolvimento local, otimizando a atividade turística. Isso não significa a exclusão da prática econômica tradicional, mas a modernização de algumas técnicas de uso solo e um cuidado maior com as áreas naturais, como por exemplo, as matas de galeria que são responsáveis pela preservação de nascentes.

Apesar disso, é possível identificar a preocupação com os aspectos físicos ambientais no município. Um deles é a formação dos guias, que tiveram uma orientação sobre o uso e preservação desses recursos com cursos de capacitação, oriundos de agentes turísticos, como a proprietária da operadora de turismo receptivo, Minas Trilhas Gerais, e instituições federais, como o IBAMA e UFLA, através do, já citado, Projeto Turismo Ordenado.

No discurso dos empreendedores turísticos, identifica-se a preocupação com ações que venham agredir, deteriorar e/ou extinguir as áreas de preservação permanente, como as matas de galerias e matas ciliares, que protegem nascente e cursos d'água. A criação de uma organização não governamental, como a A.M.A. (Associação de Meio Ambiente), demonstra o cuidado que algumas lideranças sociais têm com o patrimônio natural e histórico de Carrancas. Mesmo a iniciativa partindo de agentes externos, que foram residir em Carrancas, pode-se constatar que suas ações desencadearam uma mobilização da comunidade carranquense, sobretudo, de crianças e adolescentes, na defesa dos recursos naturais e histórico-culturais.

Várias ações foram apontadas, pelos entrevistados, como sendo imprescindíveis para o desenvolvimento do turismo em Carrancas. A maioria diz respeito ao ordenamento do espaço turístico, ressaltando a necessidade de preservação das áreas naturais. Elencou-se a elaboração de um plano diretor, de uma legislação turística, de uma ação tributária e de um plano de manejo para o uso dos atrativos naturais nas propriedades rurais.

Além disso, foram propostos também: a regulamentação de todos os empreendimentos e o planejamento turístico; a eleição de um representante na Câmara Municipal para defender os interesses e lutar pelas reivindicações dos empreendedores turísticos, bem como a união dos agentes, públicos e privados, envolvidos diretamente com o turismo; a criação de eventos em

baixa temporada e a fomentação junto aos produtores rurais para investimentos em turismo rural; a necessidade de melhorar o setor de alimentação, a sinalização de estradas, a divulgação, a coleta de lixo, instalando lixeiras próximo às cachoeiras, além de tratar o esgoto, pavimentar a estrada principal, criar um portal de informação turística e criar festas e eventos que valorizem Carrancas. Foi sugerida também a criação de um sistema de cobrança de taxa de entrada nas áreas onde se localizam as cachoeiras, delimitando o número de turista e evitando o acúmulo de pessoas num lugar só; e a capacitação da mão-de-obra local e o estímulo à conscientização da população, para que ela possa participar mais ativamente das decisões políticas sobre o turismo.

Considerações Finais

Com o desenvolvimento do turismo, Carrancas vem passando por um processo de adaptação espacial e cultural ao turismo. A vivência com elementos culturais diferentes e a convivência com pessoas de outras culturas, sejam elas os turistas e/ou os novos empreendedores, devem ser amadurecidas, até que, juntos, possam renovar a cultura local, construir uma identidade turística, sem, necessariamente, perder as referências originais.

Pode-se considerar que o desenvolvimento do turismo vem promovendo, em Carrancas, o crescimento econômico e o desenvolvimento social em áreas rurais, gerando renda e criando postos de trabalhos para sua população, porém, pela potencialidade turística do município, considera-se que, hoje, esse crescimento vem atingindo um pequeno número de pessoas. Para que se amplie esse benefício, é preciso que haja uma ação mais efetiva do setor público, através de ações que priorizem a fomentação de investimentos privados, a capacitação de mão-de-obra e o financiamento da infra-estrutura de apoio. No âmbito geral, percebe-se que as diretrizes políticas para o turismo local deverão ser definidas, pelos próximos anos, através dos processos democráticos de eleição dos representantes locais dos poderes executivo e legislativo e pela participação efetiva da comunidade no Conselho Municipal de Turismo.

Referências Bibliográficas

ANJOS, João Lourenço dos. *Turismo Rural: fazenda e pousada*. Dissertação de mestrado – IGC/UFMG, 2001.

CAVACO, Carminda. *O mundo rural português: desafios e futuros?* In RODRIGUES. Adyr Balastrieri (org). *Turismo Rural*, SP: Contexto, 2001.

RODRIGUES. Adyr Balastrieri. *Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia*. In ALMEIDA, Joaquim Anécio e RIEDL, Mário (orgs.). *Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. EDUSC. 2000.

ROQUE, Andréia Maria. *Turismo no espaço rural: um estudo de caso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Lavras/MG. 2001.

SILVA, J. G. e CAMPANHOLA, Clayton. *O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro*. ALMEIDA, Joaquim Anécio e RIEDL, Mário (orgs) In *Turismo Rural. Ecologia, lazer e desenvolvimento*. Edusc. 2000.

ZIMMERMANN, A., CASTRO, I. C. *Turismo rural: um modelo brasileiro*. Florianópolis: Ed. do autor, 1996.